

Processo não intimida a comissão

Brasília — Nelson Jr.

BRASÍLIA — O presidente da CPI do caso PC Farias, deputado Benito Gama (PFL-BA), disse que não teme o processo contra a comissão por quebra de sigilo bancário, anunciado na quarta-feira pelo secretário de Imprensa da Presidência da República, Pedro Luiz Rodrigues. "Vejo com muita naturalidade e tranquilidade qualquer ação de direito que as pessoas queiram tomar", declarou Benito, acrescentando que a CPI está agindo na legalidade.

O vice-presidente da CPI, senador Maurício Corrêa (PDT-DF), depois de visitar o presidente interino Itamar Franco no Palácio do Planalto, afirmou que não há motivo para o presidente Fernando Collor entrar com representação na Procuradoria-Geral da República, acusando a comissão do crime de quebra do sigilo bancário. "Essas informações não alteram nada; foram ditas *en passant*. Não houve quebra de sigilo", assegurou o senador.

O deputado Benito Gama defendeu a CPI da acusação de ter permitido o vazamento de documentos bancários entregues sob sigilo. "A CPI é depositária de alguns dos movimentos financeiros das pessoas, mas os bancos também são. O BC deve ter informações. Então, fica um pouco difuso e é preciso saber quem é quem para apontar o responsável", argumentou. Benito assegurou que a CPI "vai continuar mantendo sigilo absoluto sobre documentos bancários".

Cheque — "Quanto ao cheque que foi divulgado (o que pagou o Fiat Elba do presidente Collor), posso assegurar que não houve vazamento", afirmou Benito Gama, reforçando que "está havendo quebra de sigilo, mas não é da CPI". O presidente da comissão ressaltou que a quebra de sigilo de contas-fantasmas não é crime. "Não, juridicamente não é crime: para *fantasmas* não existe sigilo", disse.

O senador Maurício Corrêa afirmou que, antes de processar a CPI, o governo deve verificar quem é o responsável pela quebra de sigilo. Ele lembrou que quando uma subcomissão fez diligências em bancos de São Paulo surgiram também acusações de quebra de sigilo. Ficou provado, entretanto, que os documentos não partiram da comissão, pois não traziam o carimbo da CPI.

Corrêa não acredita que o processo seja uma manobra do governo para acuar a CPI. "Nós não nos deixaríamos levar por esse tipo de intimidação", enfatizou. O senador reconheceu, porém, que o presidente Collor tem o direito de recorrer ao Judiciário, se achar que foi atingido.



O grupo suprapartidário de parlamentares fez uma visita ao presidente em exercício